

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

ANDREYNA DOS SANTOS MARIANO ROCHA

**CANDIDATURAS LGBT NAS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS EM MATO GROSSO
DO SUL (2022)**

Campo Grande
2024

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

ANDREYNA DOS SANTOS MARIANO ROCHA

**CANDIDATURAS LGBT NAS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS EM MATO GROSSO
DO SUL (2022)**

Trabalho apresentado como pré-requisito
para a conclusão do Curso de Ciências
Sociais, sob orientação do prof. Daniel
Estevão Ramos de Miranda.

Campo Grande
2024

Resumo

A presente pesquisa tem por objetivo analisar a trajetória e as percepções de pessoas LGBT candidatas nas eleições de 2022, para os cargos de deputado estadual e deputado federal no Mato Grosso do Sul. Foram realizadas uma revisão bibliográfica relacionado ao tema e entrevistas semiestruturadas com candidatas. Há um déficit de pessoas LGBTQIAPN+ que se candidatam para cargos políticos, por conta disso há uma baixa representatividade dentro das casas legislativas, por mais que se tenha candidatos e eleitos que levam a pauta e dão suporte para a comunidade LGBTQIAPN+, a representatividade é de suma importância para que se possa serem vistos e sejam como exemplo de possibilidade para semelhantes. Esses indivíduos ao se candidatarem enfrentam desafios específicos, as práticas políticas e as políticas públicas não abrangem certas problemáticas como a orientação sexual, e outros que se interseccionam em suas identidades, sendo assim as poucas políticas públicas que temos não são suficientes para que eles possam se eleger.

Palavras-Chave: Eleições; LGBT; Mato Grosso do Sul.

ABSTRACT:

This research aims to analyze the trajectory and opinions of LGBTQIAPN+ people who run for State and Federal Deputy in the 2022 elections in Mato Grosso do Sul by reviewing literature related to the topic and conducting semi-structured interviews. There is a shortage of LGBTQIAPN+ people who run for political elections, which explains why they have low representation in legislative bodies. Even though there are candidates and elected officials who promote the agenda and support the LGBTQIAPN+ community, representation is of utmost importance so that they can be seen and serve as an example of possibilities for others. When these individuals run for the elections, they suffer within a system that rejects them because they are not part of a political class that is already socially structured. Therefore, public policies do not cover certain issues such as sexual orientation, and others that intersect in their identities and, as result, the few public policies we have are not enough for them to be elected.

Keywords: Elections; LGBTQIAPN+; Mato Grosso do Sul.

INTRODUÇÃO

De acordo com Gustavo Santos (2016), o domínio de homens brancos, cis, tem sido apontado como principal causa da dificuldade de as demandas dos grupos sociais marginalizados serem contempladas nas políticas estatais, perpetuando, assim, sua situação de marginalização (política, econômica e social) (Santos, 2016, pg.68).

Mesmo havendo algumas políticas públicas e ampliação do movimento LGBTQIAPN+ á ainda um conservadorismo diante do papel de quem deve atuar como político dentro do sistema, não somente, pois há outros motivos na qual faça com que pessoas LGBTQIAPN+ esteja dentro da marginalização política mas também dentro dos movimentos sociais há uma certa desconfiança em relação a candidatos que apoiam a comunidade e de candidatos que se declaram ser comunidade, pois nenhum dos dois se tem a segurança de que quando serem eleitos exercerem suas propostas feito em campanha.

As interseccionalidades irá agregar alguns fatores antes não discutidos, atribuindo-lhe ao indivíduo características que irão-lhe diferenciare na qual ele sofrerá determinadas opressões do sistema por conta das suas interseccionalidades, principalmente dentro da política em que os fatores de gênero, sexualidade, cor impactam no momento de se conseguir votos, e esses fatores se agravam principalmente em estados conservadores. Foi se observado nas entrevistas várias dificuldades como por exemplo a questão financeira, pois ao passar pelo processo de candidatura é necessário de dinheiro para se promover como também para se sustentar durante este período, sendo que precisa de dedicação exclusiva.

Este trabalho aborda, assim, a problemática de um tipo de desigualdade específico, relacionada à orientação sexual e às identidades de gênero, no campo da política eleitoral. A seguir, apresenta-se uma discussão teórica sobre o fenômeno das desigualdades na política a partir da teoria das elites, bem como uma análise de entrevistas feitas com pessoas candidatas nas eleições de 2022.

DESIGUALDADE E POLÍTICA

Nesta seção, será apresentada a perspectiva teórica que irá orientar a análise dos dados empíricos desta pesquisa. A sociologia de Pierre Bourdieu (1930-2002) é um dos modelos mais empregados na Ciência e na Sociologia política das elites.

Um dos conceitos centrais dessa perspectiva é a de *espaço social*, entendida como um bloco de relações sociais concebidas como força objetivas impostas, mas também como experiências individuais tecidas pela agência dos indivíduos.

O espaço social se desdobra em interações dentro de campos estruturados por correlações de forças, onde os agentes e seus interesses individuais se organizam no curso de suas mútuas interações. O capital cultural, tal exposto em *Gosto de classe e estilo de vida* (Bourdieu, 1976), vai ser identificado como um indicador de posse de outros capitais, sendo que o abastado da classe privilegiada forma e interpreta tal tipo de capital como sendo natural.

A partir de uma breve análise dos entrevistados baseado em suas classes sociais, observa-se que nenhum deles possui uma alta intensidade de capital cultural naturalizado. Uma característica em comum é terem ou estarem no processo na qual Bourdieu identifica aqueles que na ideologia do gosto natural vão ser classificados em seu aprendizado tardio, onde o processo do aprendizado é feito a partir da obtenção de uma subida de degrau na classe social, onde o sujeito deixa de ser apenas mão de obra e passa a ter um status e um pouco de meios em que possa estar um pouco próximo daquele na qual se almeja ser.

Tiago Barbosa em *Radiografia de classe política de Mato Grosso Sul* (1978 – 2014) identifica que a maioria dos candidatos são graduados, em suas pesquisas ele verificou que dentro dos cargos políticos e blocos ideológicos as taxas são de 65% com nível superior completo, revelando que a educação é um elemento fundamental para o acesso à elite em todos os aspectos ideológicos. Nesta lógica a escolaridade é um importante aspecto na formação dos legisladores, tendo como curso predominante o bacharel em direito entre os parlamentares.

Segundo o autor, os partidos de direita têm maiores taxas de empresários, e indivíduos com alta renda, e os de esquerda, membros das classes médias e populares, como professores, bancários, e trabalhadores de uma geral, o cento teria menores taxas de empresários tendo seu recrutamento em classes intermediárias.

Bourdieu vai diferenciar o capital em dois aspectos: em forma de capital material e capital cultural

O capital – que pode existir no estado objetivado, em forma de propriedades materiais, ou caso do capital cultural, no estado incorporado, e que pode ser judicialmente garantido, representa um poder sobre um campo e mais precisamente, sobre o produto acumulado do trabalho passado (em particular sobre conjunto dos instrumentos de produção) , logo sobre o mecanismos que contribuem para assegurar a produção uma categoria de bens e, deste modo, sobre um conjunto de rendimentos de ganho (Bourdieu, 2012, 134).

Ou seja, o Estado legitima e assegura os mecanismos da desigualdade de acesso deste capital, a classe política está sujeita a este mesmo mecanismo eliminando através do próprio sistema quem entra para ela e quem deixa de entrar. Ao comparar os pontos de partida vemos que as oportunidades não partem do mesmo ponto, dentro do jogo político aquele que detém capital cultural e econômico tem as chances ampliadas a aqueles que vem das classes mais carentes.

Diferentes tipos de capitais são utilizados em um processo de conversão para recursos de poder. Sendo assim, recorta-se os espaços sociais em campos dos quais as classes dominantes atuam e comandam aspirando a uma posição de naturalidade, isto é, de crença no seu suposto “direito” de comandar. Nesse processo, afirma-se quem domina e quem é dominado pelo sistema.

Exemplos de afirmação de poder podem ser encontrados no Judiciário, no qual é regra o emprego de uma escrita parada no tempo, com palavras de difícil uso comum no dia a dia ou até mesmo do latim uma língua extinta anos atrás que porventura pelo Bourdieu (2012, pg. 7). Segundo Bourdieu, a partir destas palavras haverá uma atribuição de valores sendo afirmada a superioridade.

Há uma classe política onde se predomina algumas características em que são influentes sendo com status financeiro na qual lhe proporciona algumas regalias “a qualidade mais característica da classe dominante, mais que o valor militar, vem a ser a riqueza, os governantes são mais os ricos do que os fortes” (Mosca, 1896, pg7).

Deve-se mencionar também o fenômeno do nepotismo pelo qual o ingresso e continuidade no campo da política é fortemente influenciado pelos vínculos e heranças familiares, desembocando-se não raro na formação de dinastias políticas. Esta classe domina parcela das

minorias governantes são ordinariamente constituídas de maneira que os indivíduos que as compõem se distinguem da massa dos governados por certas qualidades, que lhes dão uma superioridade material e intelectual ou também moral, ou são herdeiros dos que tinham estas qualidades: por outras palavras, esses devem ter algum

requisito, verdadeiro ou aparente, que é fortemente apreciado e que muito se fez valer na sociedade em que vivem (Mosca, 1896, pg.4).

Por estar longa data dentro deste regime há certas regalias que são tomados apenas por eles, sendo uma delas conseguir eleger suas filhas, netas etc., através do parentesco, por este meio elas obtém o acesso, mas muitas das vezes se tem pautas que continua ao privilégio dos homens brancos.

Dentro da estrutura de classes por cor tem-se uma clara diferença em como o sistema agirá, dentro da política não é diferente por mais que os sujeitos estão no mesmo sentido de subalternidade na situação de candidatura. Nas entrevistas ao se comparar uma com a outra, entende-se que ser uma mulher trans preta se difere em questão de verba distribuída e de suporte a uma mulher branca cis.

O gênero também terá impacto no sistema político, recordando que as mulheres conquistaram o voto apenas em 1932 no governo de Getúlio Vargas por meio do decreto 21.076, porém anteriormente mulheres em um estado específico conseguiam se alistar para participar do sistema eleitoral, sendo Alzira Soriano a primeira mulher eleita em 1928, por conta da lei estadual nº660, no Rio Grande do Norte, em que certificava a participação delas.

Por mais que as mulheres tenham direito a participar das eleições há uns bons anos, ainda são sub representadas em suma maioria dos cargos descarando a desigualdade de gênero. Fatores como o tipo de sistema eleitoral, se proporcional ou majoritário, a ideologia dos partidos, e as condições sociais das mulheres, como o processo de socialização e divisão do trabalho (Norris, 1997), exercem influência sobre o sucesso feminino nas eleições (Barbosa, 2019)

Os marcadores de interseccionalidade como identidade de gênero, orientação sexual, cor de pele, local de origem, classe social, etnia, idade, entre outros, vão a vir ser importantes para nos ajudar a entender o lugar de opressão ou de privilégio em que os indivíduos ocupam na sociedade (Penna, 2022).

TRAJETÓRIA DAS MOBILIZAÇÕES POLÍTICAS DA COMUNIDADE LGBT

Após a ditadura militar, houve uma primeira onda de mobilização por parte da população LGBT em relação a integração dentro da política institucional. Sendo assim o surgimento de movimentos sociais reivindicando direitos, tendo em vista o processo de perda dos mesmos durante a ditadura, levou a construção de novas bandeiras e de demandas ainda até então não atendidas pelo poder público para esta população a fim de garantir direitos perante a constituição.

Surgindo dos movimentos sociais o grupo *Somos* em 1978 reivindicava direitos até então não reconhecidos, se popularizando na cidade de São Paulo, onde houve uma busca de politização em que a homossexualidade pudesse se tornar pedagógico e pudesse romper com o gueto da homossexualidade, caracterizando assim a primeira onda de movimentos sociais LGBT (Gustavo Santos, 2016).

Após a desarticulação do grupo *Somos* em 1980, por conta de divergências internas, na segunda onda os movimentos se reconfiguram do ponto de vista da localidade e dos discursos. Sobre isso, Gustavo Santos (2016) abordou a atuação de ativistas homossexuais junto às instâncias partidárias de esquerda. É nesse momento que surgem as primeiras candidaturas que trazem a temática da homossexualidade para a disputa eleitoral (Santos, 2016, pg.158).

A despeito da mobilização de ativistas de grupos e entidades do movimento homossexual (posteriormente denominado Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, doravante identificado pela sigla LGBT) junto a estas instâncias políticas, desde pelo menos meados da década de 1980, os direitos sexuais da população LGBT têm experimentado tortuoso e difícil caminho em sua efetivação (Santos, 2016, pg.60)

Portanto, seja vista como uma “afronta” aos valores morais e religiosos ou como motivo de gozação, chacota e de desqualificação por parte dos parlamentares, a luta pela livre expressão da orientação sexual e identidade de gênero tem ocupado uma posição de marginalidade nas instituições representativas nacionais (Santos, 2016, pg.148). Apesar de ocorrer boicotes em cima de pessoas LGBT seja dentro das casas legislativas ou fora delas, tendo seus marcadores de gênero e sexualidade sendo marcados por discursos moralistas ainda há candidatos que conseguem vencer essa barreira e serem eleitos.

Com a mobilização dos movimentos sociais LGBT e, ao mesmo tempo, o crescimento demográfico e político de grupos pentecostais intolerantes disputando as arenas estatais na tentativa de definir o escopo da garantia de direitos, a tensão entre movimentos em relação ao apoio de candidatos que irá prezar pela sua integralidade efetiva na decisão do apoio político. Por mais que a minoria LGBT tenha candidatos simpatizantes em que fazem campanhas visando o público, não se é garantido que haverá alguma política após sua eleição, e os LGBT que se candidatam tem pouco apoio dos partidos que dão preferência a candidatos consolidados.

Porém, apoiadores das causas LGBT se encontram em situações de poucas alternativas, pois LGBTs e cristãos fundamentalistas estão em lados opostos na política. Como consequência, para se potencializar apoios eleitorais, há a abdicação de algumas propostas, havendo um recuo em suas falas e suas propostas a partir do momento em que são cobrados.

Um exemplo são as eleições de 2014, quando a Marina Silva concorria ao cargo da Presidência da República e, em seu plano de governo, defendia os direitos LGBTs e apoiava políticas públicas de discriminação e saúde pública, em que foi visto pelos cristãos com maus olhos. Contudo, parte do seu apoio era de evangélicos e por isso foi de certa forma cobrada em se posicionar. Ao publicar seu programa de governo, foi rechaçada por cristãos fazendo com que voltasse atrás e publicasse um novo programa deixando descontente o movimento LGBT.

O colunista do Estadão, Dener Giovanini, afirmou em seu blog, logo após a indicação da candidatura de Marina que ela estaria necessariamente “fadada a trair”, ou os movimentos sociais, ou os evangélicos, numa clara afirmação de que suas tentativas de agradar a todos não se sustentariam por muito tempo (Trevisan, 2015, pg.308)

Por consequência, muitos apoiadores da causa evitam assumir suas posições publicamente e, por mais que tenham candidatos que apoiem a causa legitimamente em seus planos de governo, não há a garantia de que irá conseguir exercer seus projetos se eleito, considerando também que a bancada religiosa se opõe a assuntos que fere “a família e os bons costumes”, tornando a governabilidade desses eleitos inoperante, tal domínio tem sido apontado como principal causa da dificuldade de as demandas dos grupos sociais marginalizados serem contempladas nas políticas estatais, perpetuando, assim, sua situação de marginalização (política, econômica e social) (Gustavo, 2016).

Outro debate é onde o cenário de eleitores nos últimos anos tem tido um perfil mais conservador em pautas voltadas a direitos de minorias, rejeitando candidatos que tem em suas campanhas apoio explícito voltado a gênero e identidade. Portanto, assim surge a necessidade da representação deste público, na qual tem expectativa de promover direitos a essa população.

Porém as expectativas criadas para a essa minoria pode não se concretizar em suas campanhas, pois por mais que o candidato faça parte desta minoria não necessariamente ela irá legislar a favor da minoria na qual se encontra.

Setores do movimento LGBT têm sido refratários a apoiar as candidaturas assumidamente LGBT, sob o receio de que elas sejam mecanismos de “cooptação” e de “instrumentalização” do movimento social para fins político-eleitorais. Este receio priva estas candidaturas de um importante apoio. Isso é particularmente relevante se temos em vista a dificuldade, tanto de ativistas quanto dos(as) candidatos(as) LGBT, em estabelecer alianças com políticos simpatizantes da causa LGBT nos grandes partidos (a exemplo do PMDB, do PSDB e do próprio PT) (Santos, 2016, pg. 161).

Podemos tomar como exemplo, o receio desta instrumentalização de partido e desconfiança do não cumprimento de apoio a políticas públicas voltado ao público. O artigo *Prefeitos LGBTs e Representação Política: O Caso do Prefeito Têko* (Souza e Pelinson, 2017) analisa por meios da publicação no *Facebook*, com a demarcação temporal dos 6 primeiros meses de mandato, o prefeito sendo declarado publicamente gay, na qual identifica se a representação política LGBT basta para que as pautas desta comunidade sejam promovidas e defendidas, onde foi constatado que apenas 0,46% das postagens foram direcionadas a pautas LGBT, levantando questionamentos sobre a representatividade e promoção da garantia dos direitos daquele grupo.

O cristianismo pentecostal tem tomado espaço nas cidades de forma em que os espaços se preenchem de igrejas onde estão em bem mais quantidade principalmente nas periferias urbanas, segundo o Censo de 2022 o Brasil tem mais igrejas do que escolas e hospitais (Agência Brasil, 2024). Segundo estudos do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) crescimento dos estabelecimentos religiosos no Brasil nos últimos 20 anos. Entre os 124.529 estabelecimentos existentes no país em 2021, 52% são evangélicos pentecostais ou neopentecostais, liderando o resultado, seguidos por 19% evangélicos tradicionais e 11% de católicos.

Havendo um número crescente nos últimos 23 anos, deixando de ocupar seus templos para também ocupar a política, visando interesse político em se estar dentro do Estado para exercer pautas em ótica de sua religião, as lideranças religiosas também utilizam como instrumentalização apoio político em forma de acolher suas demandas. A liderança política com perfil religioso não só tem como carta branca de seus fiéis utilizando de discursos conservadores a partir de uma interpretação da Bíblia mantendo um público ideal onde paira a alienação religiosa.

Mosca (1996) analisava essa classe política como especial pois ela vai se constituir de uma aristocracia sacerdotal onde também vai obter uma parte do poder político. Dependendo da força da qual a religião obtém sobre o estado as políticas serão regidas a partir da moral

A política brasileira tem testemunhado, nas últimas duas décadas, o aumento no número de parlamentares eleitos (em sua maioria vinculados a denominações religiosas) que trazem entre suas bandeiras políticas o rechaço a qualquer reconhecimento ou garantia de direitos a esta população (Santos, 2016, pg.2).

O perfil dos indivíduos que participam da política é, majoritariamente, caracterizado por serem homens brancos, cis, de classe média alta, com ensino superior, fazendo assim uma política que os representam. Para se candidatar com alguma chance de sucesso, é preciso haver tempo disponível e exclusividade na dedicação à política, por mais que os partidos recebam uma verba para ajuda de custos de uma eleição, não se é o suficiente não apenas para fazer a campanha, mas o indivíduo também precisa de certa forma de uma estrutura financeira, de acordo com Gustavo Santos (2016). Tal domínio tem sido apontado como principal causa da dificuldade de as demandas dos grupos sociais marginalizados serem contempladas nas políticas estatais, perpetuando, assim, sua situação de marginalização (política, econômica e social) (Bourdieu, 2012, pg.68).

Para Bourdieu, o campo político possui suas regras próprias e cada vez mais tem sido dominado por indivíduos dotados de uma expertise que os diferenciam dos eleitores comuns (Bourdieu, 2012). Os entrevistados falam sobre a ampliação e o desejo de falar sobre questões além do ser LGBT o que embate que para se fazer promover é preciso que os indivíduos tenham pautas e consigam conversar com diversos públicos.

Durante os dois primeiros mandatos de Lula na Presidência, ele se comprometeu em lutar a favor das causas LGBTs, e é nesse contexto de maior visibilidade pública e de maior rechaço de setores conservadores e religiosos à temática LGBT que observamos o aumento das “candidaturas assumidamente LGBT” (Santos, 2016, pg.150). Mesmo que já houvesse candidatos LGBTs que se elegeram anterior ao mandato da Lula durante 2003 a 2011, temos que considerar que suas políticas públicas obterão respostas no aumento das candidaturas. São elas, em 2004 lançou o programa *Brasil sem homofobia*, em 2005 incluiu ações no orçamento público o que facilitou com políticas públicas a população LGBT+, 2008 realizou a 1º Conferência Nacional GLBT, 2010 foi reformulado o Conselho Nacional De Combate à Discriminação na qual abrangeu á políticas LGBT+.

Todas essas políticas fizeram com que os movimentos se fortalecessem dando visibilidade e incentivo para que no cenário político surgisse um aumento de candidaturas e de apoio.

Em um complexo cenário de sub-representação, os espaços políticos se tornam palco de disputas não apenas eleitorais, mas também por reconhecimento social. Nesse contexto, a noção de representatividade ganha força nos discursos eleitorais, sobretudo de minorias políticas (Bonoto; Naccimento, 2020, pg.84).

Segundo Shirlei Silva e Felipe Martins (s/d, 7)

há sub-representação de grupos subalternizados na política como efeito de hierarquias sociais que visam a permanência de elites sociais e políticas no poder. O discurso da democracia racial, da igualdade de gênero e da meritocracia, por exemplo, não se materializa na participação política de sujeitos concretos, o que evidencia, o mito da democracia racial e que a dita “democracia” brasileira não oferece a todos os candidatos as mesmas condições para a disputa.

A sub-representação pode ser lida como aliados da causa, onde se há uma aliança entre candidatos e movimentos, visando o público de eleitores LGBT, vinculando-se a imagem do movimento, na qual pode se ser expandido para um público mais virado à esquerda, pois por mais que esses eleitores na qual são puxados juntos ao interesse desse aliado não façam parte do público LGBT estão ligados a militância e aos interesses na qual eles lutam.

ANÁLISE DAS ENTREVISTAS – CANDIDATOS LGBTQs NO MATO GROSSO DO SUL EM 2022

Nas eleições de 2022 no estado de Mato Grosso do Sul foram identificadas quatro candidaturas assumidamente LGBTQs em suas redes sociais. Todas elas foram submetidas a entrevistas semiestruturadas, porém dando espaço para que eles pudessem se expressar da forma na qual eles quisessem. Para preservar as suas identidades, os entrevistados foram identificados com nomes fictícios, farei também uma breve descrição de algumas características que demarcarão suas interseccionalidades e como serão vistos ao partido e aos eleitores.

O primeiro entrevistado, apelidado carinhosamente de *Edward* é um homem cis branco, graduado em relações internacionais e pós-graduado em antropologia, trabalha na área do marketing, tendo sua sexualidade identificada por ele próprio como gay, teve suas primeiras motivações na política no ensino fundamental onde participou de um programa em que ele foi vice-prefeito mirim e em diante participou de várias formas se filiando ao PSOL em 2020.

A segunda entrevistada é a *Alice*, mulher trans, autônoma, onde ela se denomina empreendedora e graduanda em gestão pública, ela fala que tinha quando mais nova interesse na política, mas ao identificar que o seu próprio corpo era político resolveu que gostaria de entender mais sobre se candidatando pela primeira vez em 2019.

A terceira entrevistada é a *Isabela* mulher branca, cis de classe média, formada em ciências sociais, concursada em cargo da prefeitura, sua candidatura foi coletiva com um homem e uma mulher trans, por conta da divergência de agendas não foi possível entrevistar os outros dois membros, se identifica sexualmente como bissexual, onde se candidatou pela primeira vez por conta de um convite.

A quarta entrevistada é a *Rosalie*, trans não binário onde se identifica pelo pronome ela, graduada em artes visuais, autônoma, onde se percebeu como um corpo que performava os ditos sociais, e a partir desta experiência potencializou sua coragem para defender os seus direitos.

Foi feita uma análise em seus perfis e uma entrevista semiestrutura para se entender representatividade, e posicionamento dentro da elite política, e a partir das estruturas sociais.

Antes de fato em entrar nas discussões política, falarei um pouco sobre a interseccionalidade e como afeta nas discussões feitas até então e permeia os entrevistados que são dotados de diversos atravessamentos sendo socioeconômicos, gênero, raça etc., onde que afeta em suas relações sociais e dentro do âmbito político. Inicialmente o termo foi apresentado nas discussões acadêmicas pela Kimberle Crenshaw, em que a interseccionalidade sugere que, na verdade, nem sempre lidamos com grupos distintos de pessoas e sim com grupos sobrepostos (Crenshaw,2002).

O Brasil atualmente tem algumas políticas relacionada a cotas de candidaturas eleitorais que os para mulheres e cota racial pelas quais os partidos deve reservar no mínimo 30% de vagas para um dos gêneros. Além disso, no caso das mulheres, elas recebem um valor proporcional àquela cota. Porém em uma entrevista semiestruturada com a candidata a deputada federal Alicie, onde ela afirma que o dinheiro para cota era um valor menor do que o valor sem cota, então mesmo quando o Estado disponibiliza meios para o aumento de minorias dentro da política ele falha.

No cenário Sul mato-grossense as mulheres são sub- representadas, onde as eleitas são provenientes de partidos de centro e direita tendo parentesco político (Barbosa,2022), suas características que se assemelham aos candidatos homens brancos, sendo assim a maioria que se candidatam são brancas, cis, com graduação, porém elas enfrentam a barreira do gênero que não lhes permitem se igualar aos homens, mas compensam estas dificuldades com outro recurso.

Candidaturas de pessoas negras recebem menos financiamento que candidaturas brancas, causando disparidade entre os candidatos, pois o financiamento é de suma importância para que se possa ter uma boa quantidade de votos, ao se optar dar valores menores para pessoas negras ocorre de certa forma o que a Lélia Gonzales (1983) irá identificar por racismo de omissão.

Ao analisar as entrevistas é perceptível a ocorrência de uma questão que permeia as candidaturas, o financiamento da campanha, dentre as falas dos interlocutores entrevistados há semelhanças nos discursos que atravessam problemas parecidos, a seguir em suas falas:

Edward: [...] “quando eu fui candidato a vereador, eu não recebi um real do fundo partidário eleitoral por boicote partidário por boicote desse outro grupo que era da direção. Então, não recebi é nada. Nenhum candidato daqui de Dourados nós somos três inclusive, somente não receberam.” [...]

Isabela: “[...] foi mais no sentido de colaboração mesmo, né? Porque não havia a menor possibilidade. Além disso, o recurso foi muito inferior. Enfim, era mesmo para colaborar com isso. [...]”

Edward: “[...] eu não recebi nenhum real e a campanha foi custeada unicamente por doação de pessoa física, através de arrecadação do coletivo. [...]”

Alicie: “[...] não é que não trabalho diretamente com a política e tal, porém política não é a minha forma de me sustentar. Eu tenho meu trabalho, e aí eu estudo, enfim, o meu tempo é limitado. Eu não tenho essa condição mais de me dispor, né?” [...]

Desde 2018 houve mudanças em relação ao financiamento de campanhas, o que anteriormente podia ser financiado livremente por empresas privadas passa a ser responsabilidade do setor público, o debate em relação ao tipo de financiamento privado em campanhas políticas já cercava o plenário desde 2013, sendo em 2015 aprovado pelo STF a proibição de pessoas jurídicas apoiar campanhas políticas. A partir desta mudança foi se instaurado dois fundos eleitorais, o primeiro fundo sendo o Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), da qual integra o orçamento da união definido pela lei nº 13.487, de 6 de outubro de 2017.

Diante disso, a corrupção eleitoral, portanto, afeta diretamente a legitimidade de um elemento que se confunde com o próprio Estado: o poder. A fraude eleitoral despe de legitimidade o processo de representação popular, sendo, portanto, uma forma de usurpação do poder (Belo, 2021, pág. 211).

Por mais que o Estado garanta a entrada desses subalternos dentro dos partidos políticos, não lhes é garantido que será aceito de bom grado, podendo haver dentro dos partidos formas com que faça com que essas políticas não cheguem até esses indivíduos ou chegue de forma na qual não lhes é tão útil, no entanto é entendido que

o papel do Estado brasileiro para equacionar esta questão é central. No entanto, temos visto como a presença do Estado acirra, ao invés de eliminar, os padrões de desigualdade e discriminação. Antes de ser um agente ausente, como se costuma acreditar e dizer, o Estado opera com uma presença assombrosa em práticas que criam e reforçam discriminações e desigualdades. De acordo com afirmação de especialistas, o maior problema não é falta do Estado, mas, a constituição de uma dada conformação esta que se coaduna com um espectro social onde grassa a desigualdade em sua reprodução. conformação esta que se coaduna com um espectro social onde grassa a desigualdade em sua reprodução.” (Bairros. 2021, pg.108)

Dentro da classe política na qual Bourdieu (2012) ele irá abordar o capital cultural, em que a classe que concentra a renda se dispõe desde cedo, o que lhe concederá sabedoria para dar continuidade ao seu legado. Porém por mais que tenha acesso ao capital intelectual não é garantido que quem não faça parte da elite política consiga ter alguns acessos, por exemplo o entrevistado se lamenta sobre o fato de ser graduado, ter especialização e mesmo assim ter que estar a todo momento provando sua capacidade dentro do ambiente político e fora dele também, onde ela não encontra oportunidades: [...] “Infelizmente eu, com 27 cursos, indo para terceira graduação e doutora honoris causa reconhecida a nível Internacional, mesmo que o queira o emprego, a oportunidade, não me é oferecida.” [...] Já outro interlocutor fala várias vezes sobre sempre estar correndo atrás para aprender, adquirir conhecimento.

Podemos concluir dessas duas falas, nas quais os interlocutores declaram adquirir ou estar adquirindo este capital intelectual, que por mais que se esteja próximo a este conhecimento na qual já é adquirido desde pequeno pela classe privilegiada, há outros fatores que os impedem na qual em suas posições precisam afirmar o seu lugar de anseio, um dos embates desta afirmação para que não sejam descredibilizado. Na construção da república brasileira é identificável para quem ao Estado estava sendo construído, aqueles a qual subiu ao poder se denotava um certo capital cultural vindo de famílias ricas.

Seria o gênero e a sexualidade também parte desta performance social? Por anos mulheres estiveram afastas socialmente de exercer o papel dentro do estado, se o estado era conservador a este ponto quem dirá ser aberto aos papéis de sexualidade. O voto feminino só começou a ser implementado a partir de 1934, anteriormente com a construção da república quem tinha o direito eram apenas homens cis, brancos com capital intelectual tendo em vista que analfabetos eram impedidos de tal direito, quem tinha o direito de estudar a não aqueles que eram denotados de bens financeiros.

Os entrevistados mesmo fazendo parte de um mesmo grupo minoritário onde diversas vezes se passam por intersecções raciais, de gênero, econômico, de sexualidade se denota diferenças em como suas identidades são vistas no limite do aceitável e na onde perpassa esse limite, todos ali em determinado momento mesmo que se impondo tiveram momentos em que sua identidade eram utilidades como forma de novamente serem menosprezados pela tal da classe política.

Por mais que todos ali deixassem bem claros que eram mais que suas identidades e que pautavam além da sua bolha, é impossível se fazer esse trabalho sem pautar nessas identidades que antes das suas candidaturas já eram um corpo político apenas por existirem e resistirem. E apenas o ato de se candidatarem e, porém, a cara tapa em um ano em que a família tradicional e os bons costumes estão em alta em um estado majoritariamente bolsonarista.

O simbolismo lhe confere poder se bem articulado, toda campanha política de certo modo as vezes mais as vezes menos no marketing, na construção de identidade algum simbolismo que lhe trará vantagem. Bourdieu (2012, pg.8) identifica esse poder simbólico da seguinte maneira: “o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só podem ser exercidos com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que exerce”. Ou seja, quem está sendo vítima deste poder não o percebe como ato de coerção e manipulação e que está impondo pode se dar conta. Por exemplo um homem branco cis classe baixa por mais que seja abastardo de capital sua imagem dependendo do contexto em que é inserido pode simbolizar um certo poder. O simbolismo se utilizado pela classe dominante podendo ser um dispositivo de controle, esse simbolismo pode ser revestido de diversas maneiras como na religião.

CONCLUSÃO

O escopo deste trabalho foram as eleições de 2022. É digno de nota que, pela primeira vez nas eleições brasileiras, a Justiça Eleitoral começou a coletar oficialmente informações sobre identidade de gênero, permitindo maior visibilidade à diversidade existente na população brasileira desse ponto de vista.

Contudo, mesmo havendo algumas poucas iniciativas e/ou políticas públicas especificamente eleitorais para as minorias LGBTQIA+, não há certeza de que isso seria o suficiente para superar uma elite política já enraizada, havendo grande disparidades durante as eleições, em que o subalterno não tem as mesmas oportunidades dentro da classe política. Sendo assim ao se candidatar, ele já é desfavorecido a partir que o sujeito na qual de candidate a corrida da política é diferente para grupos subalternos.

É dever do estado que haja de forma na qual amenize as desigualdades dentro da política, Gustavo Santos(2016) diz que a iniciativas como a criação de cotas para grupos específicos nos parlamentos ou a manipulação dos limites de distritos eleitorais de forma a garantir a representação de determinado grupo (a exemplo do *gerrymandering* nos EUA) têm sido adotadas por alguns países, com vistas a garantir a eleição de representantes de grupos sociais específicos que, de outra forma, não alcançariam a representação política. A interseccionalidade oferece uma oportunidade de fazermos com que todas as nossas políticas e práticas sejam, efetivamente, inclusivas e produtivas (Crenshaw,2002).

É preciso também dar visibilidade a estas minorias (Bairros,2916) considerando que a visibilidade é peça fundamental para o empoderamento de grupos historicamente discriminados, a dimensão do reconhecimento mostra se como outra variável importante para a superação das desigualdades e discriminações, considerando que ser visível é existir, principalmente nos tempos que correm. Reconhecimento e visibilidade não têm, portanto, relação direta com o consumo, mas com a cidadania.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA BRASIL. **Brasil tem mais estabelecimentos religiosos que escolas e hospitais.** 02/02/2024. Link: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-02/brasil-tem-mais-estabelecimentos-religiosos-que-escolas-e-hospitais#:~:text=dados%20divulgados%20nesta%20sexta%20feira,de%20sa%C3%BADE%20e%20escolares%20juntas.>

BONOTO, Carolina; Nascimento, Fernanda. **Interseccionalidade e política no Instagram: os discursos de candidatas lésbicas, bissexuais e trans nas eleições municipais de 2020.** Revista fronteiras, v. 24, n. 1, 2022.

BOURDIEU, Pierre. **“gostos de classe e estilos de vida”.** In: ORTIZ, Renato (org.). **Bourdieu.** São Paulo: ática, 1983 (col. Grandes cientistas sociais, 39)

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** 16. Ed. Rio de Janeiro: bertrand brasil, 2012.

D'ÁVILLA, Manuela. **Sempre foi sobre nós: relatos da violência política de gênero no Brasil.** Rio de Janeiro. Rosa dos tempos, 2022.

GONÇALVES, Alice et al. **Candidaturas trans e travestis: obstáculos e violências na política brasileira-nota técnica.** 2021.

JESUS SILVA, Shirlei Santos de; Martins, Felipe Bruno Fernandes. **LGBT: um alfabeto inteiro de subalternizados políticos nas eleições brasileiras de 2014 e 2016.**

KARTER, Jonathan et al. **Adoração e aberração: retóricas em torno de candidaturas proporcionais transexuais e travestis nos portais uol e globo nas eleições municipais de 2020.** 2022.

LOPES, John Willian et al. **# votelgbt e o ciberativismo em prol da representação política no Brasil.** 2019.

LOURENÇO, Ana Carolina; Franco, Anieli (org.). **a radical imaginação política das mulheres negras brasileiras,** São Paulo. Fundação Rosa Luxemburgo, 2021.

MICHELS, R. **Sociologia dos partidos políticos.** Trad. De Arthur Chaudon. Brasília: unb, 1982

MOSCA, G. “La classe política”. In: Batlle, a (org.). **Diez textos básicos de ciência política.** Barcelona: ariel ciência política, 1992. (o texto é, originalmente, de 1896).

PARETO, V. **“As elites e o uso da força na sociedade”.** Trad. De Alice Rangel. In: Souza, Amaury de Souza (org.). **Sociologia política.** Rio de Janeiro: Zahar editores, 1966. P. 70-88 (publicado originalmente no tratado de sociologia geral, de 1916)

PEDRA, Caio Benevides. **Travestis e transexuais na política: a busca por participação e representação num país lgbtfóbico.** Encontro internacional participação, democracia e políticas públicas, 2017.

PEREIRA, Amílcar Araujo; Negro, o. Mundo. **A política como espaço de estruturação de diferentes perspectivas: representatividade política lgbt nas. A disputa das mulheres por espaços de poder**, p. 312, 2012.

Reis Alves, Bárbara Encimar; FERNANDES, Felipe Bruno Martins. **O estreito rol de vereadoras assumidamente lésbicas: uma etnografia da participação de mulheres lésbicas na política baiana.**

SANTOS, Gustavo Gomes da Costa. **Diversidade sexual e política eleitoral: analisando as candidaturas de travestis e transexuais no brasil contemporâneo.** Sexualidad, salud y sociedad (rio de janeiro), p. 58-96, 2016.

SANTOS, Gustavo Gomes da Costa. **Diversidade sexual, partidos políticos e eleições no brasil contemporâneo.** Revista brasileira de ciência política, p. 147-186, 2016.

SILVA, Letícia Nayne; Alves, Caio Vinícius Queiroz de oliveira. **A crise da representatividade político-partidária no brasil: análise do fim das coligações no sistema eleitoral brasileiro.** 2021.

SOUZA, Humberto; PELINSON, Fabiana. **Prefeitos LGBTs e representação política: o caso do prefeito têko.** *I workshop culturas, alteridades e participações em ihc: navegando ondas em movimento (capaihc 2017)*, 2017.

TREVISAN, Janine. **Pentecostais e movimento LGBT nas eleições presidenciais de 2014.** Debates do NER, p. 289-321, 2015.

WERNECK, jurema; negras, mulheres. **A política como espaço de estruturação de diferentes perspectivas: representatividade política LGBT nas disputa das mulheres por espaços de poder**, p. 312, 2016.